

LEI Nº 3.736, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020.

Publicado no Diário Oficial nº 5.749 de 18/12/2020.

Dispõe sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As contribuições previdenciárias destinadas ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO:

I - incidem sobre a base de cálculo definida no art. 14 da Lei Complementar no 150, de 20 de dezembro de 2023;

~~I — incidem sobre a base de cálculo definida em Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005;~~
Inciso I, com redação dada pela Lei nº 4.505, de 11/09/2024.

II - obedecem aos seguintes percentuais de alíquota:

a) 14% dos segurados ativos, inativos e pensionistas;

b) 20,20% do Estado, no Plano Previdenciário;
Alínea “b”, com redação dada pela Lei nº 4.505, de 11/09/2024.

~~b) — 20,20% do Estado.~~

c) 28% do Estado, no Plano Financeiro.
Alínea “c”, acrescentada pela Lei nº 4.505, de 11/09/2024.

Parágrafo único. Para fins de equilíbrio financeiro do RPPS-TO, incumbe ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, providenciar, anualmente, estudo atuarial.

Art 1º-A Fica acrescida ao percentual previsto na alínea “c” do inciso II do art. 1º, a alíquota suplementar de contribuição patronal, de caráter compensatório, em razão de requisitos reduzidos de idade e de tempo de contribuição, incidente sobre a base de cálculo das contribuições dos seguintes servidores ativos vinculados ao Plano Financeiro:
(Incluído pela Lei nº 4.924, de 2025)

I – 8% em relação aos titulares de cargos efetivos de professor, das carreiras da educação básica e do ensino superior; e
(Incluído pela Lei nº 4.924, de 2025)

II – 8% em relação aos servidores efetivos das demais carreiras da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.
(Incluído pela Lei nº 4.924, de 2025)

Parágrafo único. Para fins de equilíbrio financeiro do RPPS-TO, incumbe ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV-TOCANTINS, providenciar, anualmente, estudo atuarial.

(Incluído pela Lei nº 4.924, de 2025)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor:

- I - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de publicação, em relação ao disposto na alínea “a” do inciso II do art. 1º;
- II - na data de sua publicação quanto aos demais dispositivos.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro 2020, 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado